



## Exército, Política e Educação Militar no Brasil do Início da Década de 1930

Marcus Fernandes Marcusso<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma análise da relação entre exército, política e educação militar nos primeiros anos da década de 1930. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder desestabilizou os arranjos oligárquicos que estruturaram a Primeira República, gerando a necessidade de um novo arranjo, onde a participação dos militares foi decisiva. Nesse contexto, apresentamos uma abordagem das novas dinâmicas de interação entre o Estado e o Exército. O foco específico, no entanto, se dá no âmbito da educação militar, com destaque para dois temas: o redimensionamento da atuação da Missão Militar Francesa de Instrução contratada em 1918, e, as transformações gestadas nas duas principais instituições militares de ensino, a Escola Militar e a Escola de Estado-Maior.

**Palavras-Chave:** Educação Militar. História da Educação Militar. Escola de Estado-Maior do Exército. Missão Militar Francesa.

### Army, Politics and Military Education in Brazil from the Beginning of the 1930s

**Abstract:** This article presents an analysis of the relation between army, politics and military education in the early 1930s. The rise of Getúlio Vargas to power destabilized the oligarchic arrangements that structured the First Republic, generating the need for a new arrangement, where the participation of the military was decisive. In this context, we present an approach to the new dynamics of interaction between the State and the Army. The specific focus, however, is on military education, with emphasis on two themes: the redefinition of the French Military Mission of Instruction contracted in 1918, and the transformations developed in the two main military institutions of education, the School Military and the School of Military Staff.

**Keywords:** Military Education. History of Military Education. Army Staff College. French Military Mission.

A vitória das forças revolucionárias em 1930 não significou o imediato apaziguamento dos ânimos entre os estados da federação. De acordo com McCann (2009) todos os governadores (ou presidentes de Estado) foram depostos e dentre os interventores<sup>2</sup> nomeados por Vargas estavam sete militares. O caso de São Paulo era particularmente sensível, pois era evidente, que a deposição do

<sup>1</sup> Doutor e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar). Professor EBTT Efetivo de História do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS/Campus Inconfidentes).

<sup>2</sup> Os interventores eram diretamente nomeados pelo presidente para exercer as funções de presidente dos estados, e tinham, entre outros poderes, a prerrogativa de nomear e depor qualquer prefeito do seu estado. O único estado a manter seu governador eleito foi Minas Gerais, com Olegário Maciel.



paulista Washington Luís alijava suas tradicionais forças políticas do centro do poder. Por isso, desde o início do governo provisório de Vargas grupos políticos paulistas o pressionavam para o restabelecimento de uma normalidade constitucional, em outras palavras: a convocação de uma Assembleia Constituinte e a realização de novas eleições.

Para Skidmore (2010), Vargas fez diversas concessões aos constitucionalistas liberais de modo geral e especificamente aos grupos paulistas: publicou o novo Código Eleitoral, em 24 de fevereiro de 1932, seguido por um decreto de 15 de março, que estabelecia o dia 3 de maio de 1933 como a data da eleição da Assembleia Constituinte. Outra ação com o intuito de acalmar os paulistas foi a nomeação, em 1º de março, do um novo interventor, Pedro Toledo, que atendia as exigências de ser “civil” e “paulista”.

No entanto, nenhuma dessas ações foi suficiente para uma resolução pacífica e em 9 de julho de 1932, São Paulo se levantou numa revolta armada, imediatamente autointitulada de “Revolução Constitucionalista”. A mobilização foi ampla, especialmente, nos setores altos e médios urbanos: empresários adaptavam suas fábricas para a produção bélica, estudantes e intelectuais se engajavam na propaganda e nas trincheiras, e as donas de casa doavam suas joias nas famosas “campanhas do ouro”, para financiar o esforço de guerra.

Interessante notar que a classe operária, em sua maioria, permaneceu relativamente indiferente ao apelo das armas<sup>3</sup>. Em pouco tempo a revolta ganhou cores evidentemente separatistas, o que afastou a possibilidade de ajuda de outros Estados ou grupos simpáticos à causa constitucionalista. Sem apoio e com a ofensiva das tropas legalistas lideradas novamente por Góes Monteiro, os rebeldes paulistas se renderam depois de dois meses. Thomas Skidmore, um brasileiro, cuja escrita da história está longe do espectro marxista, apresenta análise interessante da revolta paulista:

[...] a oposição em São Paulo se fundava num entranhado antagonismo regional, que qualquer governo federal forte estava fadado a exacerbar. O estado e a cidade de São Paulo tinham tal complexo de superioridade com relação ao resto do Brasil que um movimento de oposição ao governo federal poderia conseguir muitos adeptos que, entre si, não tinham princípios comuns, salvo uma apaixonada identificação como paulistas (SKIDMORE, 2010, p. 49).

---

<sup>3</sup> Sobre a indiferença da classe operária, urbana e rural, em relação à luta Mário de Andrade era taxativo “Dos quase 200 mil operários de fábricas paulistas, muitos trabalhados pelo comunismo, a contribuição de voluntários para guerrear não foi mínima, foi nula”. Carta de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade de 6.11.1932, publicada no *Correio da Manhã* de 9/7/1957 (SODRÉ, 2010, p. 326).



Ao nos aproximarmos de uma escrita materialista temos a análise de Nelson Werneck Sodré, que caracterizou “revolução constitucionalista” como o:

[...] canto de cisne da monocultura latifundiária, sustentada pelos antigos partidos estaduais cujo ponto de equilíbrio girava em torno da aliança mineiro-paulista. Foram os últimos resquícios desse federalismo mal compreendido que desencadearam a contrarrevolução. Era ainda choque da mentalidade velha dos coronéis políticos inconformados em ceder os postos de direção aos “tenentes” ainda bisonhos que desbancaram os oligarcas estaduais (SODRÉ, 2010, p. 325-26).

João Quartim de Moraes (1994, p. 92), na mesma linha de raciocínio, aponta para a ambiguidade da chamada revolução constitucionalista de 1932: “de um lado, exigia uma nova Constituição: tal era sua face democrática explícita. De outro, mobilizava a nostalgia do regime derrubado em 1930: tal era sua fase reacionária oculta”. De toda forma, a eclosão da revolta paulista adicionou um elemento de instabilidade ao governo provisório de Vargas.

O início da década de 1930 é um período importante também para os estudos sobre a história da educação brasileira, pois foi palco de um embate entre dois grupos de intelectuais com projetos educacionais distintos: os liberais e os católicos. O contexto dessa disputa foi marcado pela criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em novembro de 1930, cuja atuação gerou uma série de decretos<sup>4</sup>, a “Reforma Francisco Campos”, com o intuito de criar uma política educacional que abarcasse todos os níveis de ensino, do primário ao superior.

Assim, o Estado passava a ser o principal indutor das reformas educacionais e ocupar lugares em sua estrutura era a forma mais efetiva de influenciar essas mudanças. Para Ferreira Jr (2010), foi o que fez Francisco Campos, intelectual orgânico das oligarquias mineiras que mantinha profundas ligações com a Igreja Católica e foi o primeiro ministro a ocupar a pasta da Educação. Sua reforma privilegiou o projeto educacional dos intelectuais católicos ao decretar o fim da laicidade e o retorno do ensino religioso nas escolas públicas primárias, secundárias e normais.

Nesse contexto, Saviani (2008) destaca esforço maior de grupos de intelectuais católicos, que se organizava em reação à tendência laica das propostas de educação liberal e positiva, presentes desde a Proclamação da República. O pensamento pedagógico liberal brasileiro defendia

---

<sup>4</sup> Decreto nº 19.850 – 11/04/1931 - Criava o Conselho Nacional de Educação; Decreto nº 19.851 – 11/04/1931 Dispunha sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotava o regime universitário; Decreto nº 19.852 – 11/04/1931 - Dispunha sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto nº 19.890 – 8/04/1931 - Dispunha sobre a organização do ensino secundário; Decreto nº 20.158 – 30/06/1931 - Organizava o ensino comercial, regulamentava a profissão de contador; Decreto nº 21.241 – 14/04/1932 Consolidava as disposições sobre a organização do ensino secundário.



uma educação laica, pública, gratuita e ganhou impulso com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924, constituindo-se em um “espaço propício em torno do qual se reuniram os adeptos das novas ideias pedagógicas” (SAVIANI, 2008, p. 178). Essas ideias, por sua vez, foram influenciadas por um movimento denominado “Escola Nova” originado nos Estados Unidos da América (EUA), cuja liderança maior era do filósofo John Dewey (1859-1952).

A mobilização da Igreja Católica, por sua vez, se manifestou na publicação de livros didáticos, artigos, revistas e materiais destinados à formação de professores, com o intuito de difundir seu ideário pedagógico. Esse movimento se fortaleceu com a criação da revista *A Ordem*, em 1921, principal veículo de divulgação das posições católicas, e, principalmente, com a fundação do Centro Dom Vital, em 1922, “órgão destinado a aglutinar intelectuais leigos que desempenhariam o papel de elite intelectual da restauração católica” (SAVIANI, 2008, p. 181).

O embate entre intelectuais católicos e liberais ganhou novos contornos com a realização da IV Conferência da ABE, em dezembro de 1931, na cidade do Rio de Janeiro, que reuniu representantes de ambos os lados. De acordo com Ferreira Jr. (2010), defendendo as ideias liberais, estavam importantes educadores, como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Roquete Pinto, Afrânio Peixoto e Paschoal Lemme. Apoiando a Igreja, por sua vez, encontravam-se influentes arcebispos, como: Sebastião Leme (Olinda e Recife e, depois, do Rio de Janeiro), Francisco de Aquino Correia (Mato Grosso), Antônio Cabral (Belo Horizonte), além de um grupo de intelectuais leigos do Centro Dom Vital.

Após o Congresso, o grupo de liberais publicou, em 1932, o célebre “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova<sup>5</sup>”, que sintetizava as principais ideias pedagógicas liberais e escolanovistas. Ferreira Jr. (2010) atesta que a publicação intensificou a disputa ideológica pela hegemonia do campo educacional brasileiro entre liberais e católicos<sup>6</sup>, que desembocou, inevitavelmente nas discussões no âmbito da Assembleia Constituinte de 1934. Assim, Ferreira Jr. (2010) assevera que elementos importantes da visão liberal foram contemplados, como a centralidade e a responsabilidade do Estado na construção do sistema educacional. No entanto, na

---

<sup>5</sup> O documento pode ser consultado na íntegra no site:

<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf)>. Acesso: 22 jan. 2018.

<sup>6</sup> Para consultar projetos não hegemônicos de educação propostos na época, como o do movimento operário, consultar: Saviani (2008, p.181-184).



divergência sobre a laicidade do ensino, prevaleceu a posição dos católicos e a constituição determinava o seguinte:

O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias profissionais e normais (BRASIL, 1934b).

A inclusão desse artigo foi comemorada entre os intelectuais leigos e católicos do centro Dom Vital e, passou a ser presença recorrente nas demais constituições e normas educacionais do Brasil. As teses liberais, entretanto, tiveram vida curta, pois três anos depois, era promulgada a Constituição de 1937, que instituiu a ditadura do Estado Novo, que “estava longe de dar a ênfase que dera a de 1934 ao dever do Estado como educador” (ROMANELLI, 1986, p. 152).

Nas instituições militares de ensino não havia ensino religioso, mas desde fins da década de 1910 as práticas religiosas começavam a surgir na Escola Militar. Juarez Távora, aluno entre 1917 e 1919, afirma que foi um dos precursores de um movimento católico que teve início com a fundação de uma Conferência Vicentina com o nome de São Maurício (centurião romano e mártir cristão) por um grupo de aproximadamente 12 cadetes católicos.

Ele relata que o ambiente era hostil à religiosidade, pois seu grupo era “ridicularizado, inicialmente, por pequeno grupo de agnósticos impenitentes” (TÁVORA, 1973, p. 87). Entretanto, após algumas conferências proferidas pelo padre do bairro do Realengo, ele percebeu a possibilidade de “modificar de alguma forma, o ambiente de ateísmo e indiferença religiosa reinante, tradicionalmente, na Escola Militar” (TÁVORA, 1973, p. 87). Segundo Távora, o movimento religioso ganhou mais respeito e adeptos após as manifestações do “espírito de caridade cristão” demonstrado diante do surto de gripe espanhola que assolou a cidade do Rio de Janeiro entre 1918<sup>7</sup>.

A partir de 1923 esse movimento foi ampliado com a mobilização de um grupo de alunos em prol da chamada “Ação Católica”. Um dos principais divulgadores de movimento foi Severino Sombra, aluno da EMR entre 1923 e 1926. Em seu depoimento ele conta que o momento de “tranquilidade” na EMR, logo após a expulsão em massa dos alunos envolvidos no levante de 5 de

---

<sup>7</sup> A gripe chegou ao Brasil em setembro de 1918, com um grupo de marinheiros que desembarcou em Recife após prestarem serviços militares na costa atlântica da África. Pouco mais de duas semanas depois a doença chegava a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Em poucos meses foram registradas 14.348 mortes, só no Rio de Janeiro e cerca de 2.000 em São Paulo.



julho de 1922, foi propício para o movimento de aproximação entre esta e a Igreja Católica, pois, “a Igreja Católica sempre ficava ao lado das forças conservadoras e era totalmente alheia às questões políticas e sociais” (SOMBRA, 1982, p. 32). O principal objetivo do grupo era retomar algumas tradições religiosas no ambiente escolar, entre elas a “benção das espadas”. O ex-aluno destacava a ação do “tenente Paulo Gomes, que servia na vila Militar e morava em Realengo, e foi uma figura importante no movimento mauriciano dos cadetes católicos da Escola Militar” (SOMBRA, 1982, p. 32).

Ao longo da década de 1930, esses rituais religiosos foram introduzidos na cultura escolar da EMR e a partir da década de 1940, a presença da religião católica se expandiu no Exército de maneira geral. Em 1947, por exemplo, eram publicados os “Estatutos da União Católica dos Militares”, que de acordo com o primeiro artigo havia sido fundada em 2 de setembro de 1925 e tinha como principal objetivo:

a) Promover, desenvolver e entreter a vida cristã no seio das classes armadas, procurando fazer do militar um bom cristão, no sentido de aprimorar-lhe o caráter e inspirar-lhe a exata consciência do dever; b) Promover todas as obras pias e sociais ao seu alcance, em benefício dos militares, assemelhados e de suas famílias (MILITARES, 1947, p. 5).

A União Católica dos Militares também deveria secundar a obra religiosa, espiritual e social do “Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas” (SAR)<sup>8</sup>, da qual deveriam respeitar a seguinte determinação de seu regulamento:

A assistência religiosa compreende o exercício do ministério sacerdotal relativo a cada religião ou culto em favor dos seus adeptos, realizado em um ambiente de absoluto respeito e mútua tolerância pelas crenças alheias, de modo que, sem coação ou constrangimento, possa cada um desobrigar-se de seus deveres religiosos e satisfazer aos ditames de sua consciência e aos imperativos da fé (MILITARES, 1947, p. 6).

Dessa forma, a União não promoveria e não aceitaria “debates sobre religião no seio das classes armadas.”. O fortalecimento da relação institucional entre o Exército e a Igreja Católica, entre as décadas de 1930 e 1960, figura como potencial temática de pesquisa. A ação de ambas as instituições enquanto forças conservadoras e notadamente anticomunistas é estudada, no entanto, a

<sup>8</sup> Oficialmente, a assistência religiosa às Forças Armadas foi criada, no Império, pelo Decreto nº 747, de 24 dez. 1850. Com o advento da República, o Corpo Eclesiástico do Exército, criado por D. Pedro II, foi extinto. Seu restabelecimento ocorreu por ocasião da Segunda Guerra Mundial, com o Decreto Lei nº 5.573, de 26 maio de 1944. A Lei nº 5.711, de 08 out. 1971 reestrutura o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas (SARFA). A Portaria Ministerial nº 995, de 09 out. 1972 cria o Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx). Finalmente, a Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas. Dados disponíveis em: <<http://sarex.dgp.eb.mil.br/index.php/historico>>. Acesso: 22 jan. 2018.



relação entre elas e as implicações dessa nas instituições militares de ensino, por exemplo, carece de estudos mais aprofundados.

A despeito das palavras de tolerância e compreensão da União dos Católicos Militares, o pensamento católico brasileiro era multifacetado e, muitas vezes, apresentava tendências conservadoras, e até retrógradas. Foi o caso na aproximação com a Ação Integralista Brasileira (AIB), que tinha o elemento religioso como de seus alicerces programáticos. Segundo Giselda Silva (2016), a AIB contou com o apoio de diversos grupos católicos, como a Ação Católica Brasileira (ACB), a Ação Universitária Católica (AUC), a Ação Operária Católica (AOC), a Juventude Católica (JC) e outros grupos laicos apoiados pelos reformadores da Igreja no estado. Outro ponto de convergência entre a AIB e o pensamento católico era o anticomunismo<sup>9</sup>.

O intenso envolvimento do exército no movimento revolucionário impactou sua estrutura organizacional e gerou a necessidade de uma nova acomodação de forças em seu interior. O chefe da Missão Militar Francesa à época, general Huntziger<sup>10</sup>, à época descrevia a nova configuração do Alto Comando após a instituição do Governo Provisório como formada por elementos que se destacavam mais por sua atuação revolucionária, do que propriamente por valores e atributos militares.

No entanto, o próprio Huntziger tentava justificar a escolha pela adesão ao movimento: “se eles tivessem se mantidos legalistas e neutros, em geral seriam substituídos por revolucionário nos postos importantes e de confiança” (BELLINTANI, 2009, p. 457). Ainda conforme o chefe da MMF, parte do exército estava com a moral e unidade abaladas, especialmente pela formação de verdadeiros “clãs políticos” na instituição castrense. Como destaca José Murilo de Carvalho, o exército estava profundamente dividido e essas clivagens impediam uma atuação organizada diante do desmoronamento da estrutura de dominação oligárquica até então vigente:

Havia confronto entre militares rebeldes e legalistas; entre oficiais e subalternos, de um lado, e oficiais superiores e oficiais-generais de outro; entre oficiais e praças; entre Exército e Marinha; entre Exército e policiais militares. [...] Entre 1930 e 1934, ano da

---

<sup>9</sup> Aliado a uma posição antiliberal, nos moldes do fascismo. Vejamos três trechos do Manifesto em que tais posições ficam evidentes: “E somos contra a influência do comunismo, que representa o capitalismo soviético, o imperialismo russo, que pretende reduzir-nos a uma capitania. [...] A nossa Pátria precisa de estar unida e forte, solidamente construída, de modo a escapar ao domínio estrangeiro, que ameaça dia a dia, e salvar-se do comunismo internacionalista que está entrando no seu corpo, como um cancro. [...] Livrar o operário e a pequena burguesia da indiferença criminosa dos governos liberais. Salvá-los da escravidão do comunismo” (MANIFESTO INTEGRALISTA, 1932).

<sup>10</sup> Em correspondência enviada para o ministro da Guerra da França em 27 de março de 1931.



constitucionalização do país, houve 51<sup>11</sup> incidentes envolvendo militares de todos os escalões, compreendendo agitações, protestos e revoltas (CARVALHO, 2005b, p. 104).

Esse cenário de instabilidade marcou a atuação do exército durante os primeiros anos da década de 1930, permitindo que Getúlio Vargas, se beneficiasse politicamente disso. O novo “Estado de Compromisso<sup>12</sup>” exigia uma organização política muito mais complexa e com novos elementos, como os tenentes da década de 1920. Para Carvalho (2006), ao chefe do Governo Provisório interessava a existência de um exército forte o suficiente para servir de contrapeso às remanescentes lideranças oligárquicas e as novas lideranças civis que surgiam. Ao mesmo tempo, as forças armadas não podiam ser tão fortes ao ponto de ameaçar a sua manutenção no poder. Em termos práticos, “o jogo incluía o fortalecimento da organização militar e o controle simultâneo de seus chefes” (CARVALHO, 2005b, p. 105).

Um das primeiras ações do governo provisório<sup>13</sup>, que concentrava poderes nas mãos do executivo, foram os chamados “expurgos” no exército, começando pelo ministro da guerra, general Nestor Sezefredo dos Passos. McCann afirma que “em todo país, os quartéis-generais e comandantes regionais foram os primeiros alvos dos revolucionários, cujo objetivo era dismantlar a cadeia de comando, neutralizar a capacidade operacional do Exército” (MCCANN, 2009, p. 383). Mesmo fragilizado, o Exército ainda era a única instituição razoavelmente organizada na estrutura do Estado brasileiro, papel exercido pela Igreja Católica na sociedade civil.

Diante desse cenário, o governo provisório lançou mão de medidas para obter o controle do Exército. McCann (2009) afirma que o Exército no pós-1930 havia mudado, com novos rostos nos cargos do alto comando, e passava a coexistir com uma espécie de cadeia de comando paralela, oriunda do exército revolucionário e liderada por Góes Monteiro, que aos poucos iam se fundindo às velhas estruturas remanescentes.

Essa nova configuração, fez do Exército um ator político importante e atuante em moldes diferentes do que fora nos anos 1920. Agora, tal atuação era mais organizada e coordenada,

<sup>11</sup> O quadro completo desses conflitos, elaborada pelo autor, está disponível na referida obra: Carvalho (2005b, p. 65).

<sup>12</sup> Conceito desenvolvido em Fausto (2008, p. 136-143).

<sup>13</sup> Instituído pelo Decreto nº. 19.338, do dia 11 de novembro de 1930, cujo primeiro artigo determinava: “Art. 1º O Governo Provisório exercerá discricionariamente, em toda sua plenitude, as funções e atribuições, não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo, até que, eleita a Assembleia Constituinte, estabeleça esta a reorganização constitucional do país; Parágrafo único. **Todas as nomeações e demissões** de funcionários ou de quaisquer cargos públicos, quer sejam efetivos, interinos ou em comissão, competem **exclusivamente** ao Chefe do Governo Provisório” (BRASIL, 1930, grifos nossos).



especialmente por conta da relação estabelecida com um mediador civil: Getúlio Vargas. Como exemplo dessa relação mediadora, podemos citar a nomeação de antigos líderes tenentistas e outros militares revolucionários para ocupar importantes cargos nos governos estaduais e federal, como foi o caso dos interventores: Juarez Távora nos estados no Norte e Nordeste, Juracy Magalhães na Bahia e João Alberto em São Paulo.

No início de 1931, o Governo Provisório publicava um decreto que dispunha sobre os critérios de promoções dos quadros do exército. O destaque fica por conta da inclusão de um texto introdutório que tecia algumas considerações importantes sobre a nova lei de promoções:

Que o acesso nos quadros do Exército Nacional será regulada em breve por uma Lei de Promoções, cujo princípio fundamental declara que a promoção dos oficiais do Exército **não** é prêmio ou recompensa, e sim escolha dos que forem julgados em melhores condições para o desempenho de funções do posto imediato por satisfazerem os indispensáveis requisitos morais, intelectuais e físicos (BRASIL, 1931, grifos nossos).

Essa consideração apontava para uma significativa mudança em relação aos critérios para promoção no Exército brasileiro: agora baseada em critérios técnicos, como defendia a ala modernizadora desde a década de 1910, e não em critérios personalistas. No entanto, o mesmo decreto já indicava uma brecha nessa mudança, pois apresentava um artigo que dava ao Chefe do Governo Provisório a prerrogativa de julgar a promoção com base nos “requisitos de idoneidade moral”, podendo negá-la, mesmo que o oficial ocupasse o primeiro lugar na escala de antiguidade. Nesse caso, o oficial seria “transferido para a reserva de 1ª classe, sem prejuízo da apuração judiciária dos atos puníveis que lhe sejam imputados” (BRASIL, 1931).

Assim, a despeito da preconização legal de um horizonte de mudanças, se reiterava o aspecto personalista nas promoções dos oficiais do Exército. Agora, realizado pelo grupo Varguista, cujo líder militar era o comandante do exército revolucionário, Góes Monteiro. Uma das bandeiras dos tenentes que aderiam a esse exército foi a anistia geral e reintegração dos oficiais e estudantes expulsos da Escola Militar do Realengo, durante a década de 1920, especialmente no episódio do levante de cinco de julho de 1922.

Vitoriosa a revolução essa demanda foi atendida, gerando uma situação delicada na organização dos quadros de oficiais da ativa: 508 estudantes foram readmitidos no postos de primeiro-tenentes, depois de quase dez anos de vida civil, contando o tempo de serviço desde 1922 (MCCAN, 2009, p.394). Assim, os primeiros-tenentes da ativa, que ingressaram no Exército depois



dessa data ficaram, de um dia para outro, 508 posição abaixo na lista de classificação para efeitos de promoção. Tal situação gerou animosidade entre os oficiais de baixa patente, fazendo com que 163 primeiros-tenentes enviassem um telegrama coletivo de protesto ao Ministro da Guerra, Leite de Castro, que puniu todos com prisão disciplinar de 30 dias por transgressão disciplinar.

A medida gerou uma onda nacional de protestos, que foi apaziguada com a mediação do ex-tenente Juracy Magalhães e com a criação de listas paralelas de classificação. Essa situação gerou uma nova configuração no quadro de oficiais da ativa, conforme McCann, no início de 1931, “o grupo de oficiais da ativa consistia em onze generais-de-divisão, vinte e seis generais-de-brigada, 109 coronéis, 164 tenentes-coronéis, 301 majores, 717 capitães, 875 primeiros-tenentes, 239 segundos-tenentes e 504 segundos-tenentes comissionados” (MCCAN, 2009, p. 393). A grande quantidade de primeiros-tenentes e capitães criava insatisfação e frustração nesses oficiais, pois as chances de promoção eram pequenas, o que significava a possibilidade de estagnação nesses postos por muitos anos, especialmente entre os capitães.

Essa situação dificultava, sobremaneira, a realização das reformas no Exército pelo Governo Provisório, que, para tanto, havia instituído<sup>14</sup> uma Comissão Técnica Militar, presidida pelo Ministro da Guerra e com colaboração direta do Estado do Estado-Maior do Exército. A comissão tinha a função de realizar estudos e projetar remodelações em diversas áreas:

[...] na organização dos quadros e da tropa; no ensino na instrução e na educação física militar; nas leis de reforma e promoção; no serviço militar obrigatório; na organização judiciária; nos códigos penal, processual, disciplinar e regime penitenciário; nos regulamentos internos dos corpos e dos serviços auxiliares; na administração do Exército e outros assumptos de técnica militar, que forem indicados pelo Ministro da Guerra (BRASIL, 1931a).

Com o intuito de organizar a realização desses estudos e a elaboração dos planos de reforma, cada tema seria destinado a uma subcomissão, composta a critério do Ministro da Guerra. Tratava-se, evidentemente, de um projeto ambicioso e de longo prazo, inspirado pelo sentimento de renovação do grupo de militares liderado por Góis Monteiro.

No entanto, em termos práticos, essas reformas dificilmente resistiriam às constantes mudanças na diretriz do Ministério da Guerra, agravadas pelo momento de instabilidade política pós-revolucionário. No tocante às reformas no ensino, os esforços se concentraram – e foram

---

<sup>14</sup> Por meio do Decreto nº 19.713, de 19 de fevereiro de 1931.



exitosos – na reformulação dos regulamentos das escolas militares, tanto a do Realengo como a de Estado-Maior. Entretanto, de maneira geral, a comissão e suas subcomissões estavam fadadas a não finalizar a maioria dos estudos.

Entre as mudanças realizadas no campo da educação militar, as transformações na Escola Militar do Realengo foram, sem dúvida, as mais expressivas. Responsável pela formação do oficial do Exército a EMR era vista como ponto de partida para uma reestruturação das instituições militares de ensino. No dia 15 de janeiro de 1931, o discurso<sup>15</sup> de posse do Coronel José Pessoa<sup>16</sup> como comandante da EMR, cargo que ocuparia até 1934, tecia considerações sobre a revolução e apontava as novas diretrizes que seriam adotadas:

O dever que o Exército tinha a cumprir para com a República já está consumado. Disso sabeis, perfeitamente, pela contribuição que vos coube na jornada de abnegação e renúncia que culminou com a gloriosa arrancada de 24 de outubro. [...] Mas a Revolução não terminou ainda, eis a palavra de ordem do momento. E é exato. A República está salva, resta salvar a Nação. Redimir a República foi o meio, engrandecer a Nação é o único e verdadeiro fim. [...] Assim como o Exército foi o fator decisivo da Revolução, outro papel essencial caber-lhe-á no período de Renovação, na fase de Reeducação que se vae iniciando. O Exército, como instituição democrática por excelência, como verdadeira ossatura da nacionalidade é, por sua natureza, a instituição que primeiro e mais rapidamente se deve recompor, tanto é verdade que a integridade da Pátria, mais que a do regime, repousa em sua eficiência. Urge remodelá-lo, aparelhá-lo, sobretudo, retomar em mão os seus quadros, tarefas que todos esperamos do Exmo. Snr. General Ministro da Guerra e do Estado Maior. Desse conjunto ressalta a revalidação dos quadros, questão a que está estreita e diretamente ligada a Escola Militar, como fonte geradora de nossos oficiais. É o nosso dever fazer a mais rigorosa seleção dos homens aos quais o Brasil confiará a defesa de sua integridade no exterior e a manutenção de suas leis no interior (CÂMARA, 2011, p. 73-74).

Ao apontar a Escola Militar como local de formação dessa nova oficialidade, seu novo Comandante sublinhava a necessidade e sua remodelação integral, e que:

West-Point, Saint-Cyr, Sandhurst, serão os moldes de onde sairão as linhas gerais da reforma dos processos de vossa formação militar. Disto já vos posso dizer alguma coisa. A formação do oficial brasileiro em seu primeiro lance na Escola Militar terá como base a educação física, como meio a cultura geral científica e como fim a mais rigorosa preparação

---

<sup>15</sup> Publicado, no mesmo dia, na ordem do dia nº 13 da Escola Militar do Realengo, e reproduzida na íntegra em Câmara (2011, p. 72-75).

<sup>16</sup> Em 1918, último ano da Primeira Guerra Mundial, viajou para a França, onde estagiou na Escola Militar de Saint-Cyr e chegou ainda a participar de combates na guerra, comandando um pelotão de soldados franceses do 4º Regimento de Dragões. Pelos serviços prestados nessa ocasião, foi diversas vezes citado em ordens do dia das forças francesas e promovido a capitão, por atos de bravura, em janeiro de 1919. Permanecendo na Europa, fez parte da comissão de compras de material bélico e frequentou o curso prático de artilharia de assalto no Centro de Estudos de Carros de Combate, na França, em 1920. [...] Retornando ao Brasil ainda em 1920, aplicou os conhecimentos adquiridos na França na organização da primeira unidade de tanques do Exército brasileiro, permanecendo no comando dessa companhia até 1923, quando foi promovido a major. Em seguida, assumiu o posto de subcomandante da Escola Militar do Rio de Janeiro (PECHMAN, 2010a).



profissional. Desse tríplice aspecto resultarão, seguramente, as qualidades morais indispensáveis ao oficialato e que deveis cultivar desde já. “A guerra é uma arte toda de execução” e do que o Exército precisa é de oficiais aptos ao serviço, oficiais robustos, enérgicos, conhecedores da profissão, convictos de sua missão militar, social e política, como oficiais de verdade (CÂMARA, 2011, p. 74).

Diante do trecho fica claro que a nova Escola Militar do Realengo, idealizada pelo Coronel Pessoa, deveria se basear nas escolas de formação de oficiais dos Estados Unidos, França e Reino Unido, respectivamente. Aluno e admirador confesso da MMF, José Pessoa elencava outros dois modelos de escolas militares razoavelmente diferentes, muito mais como exercício retórico, de se aproximar de instituições tradicionais, do que efetivamente se basear nelas.

A gestão do Coronel José Pessoa no comando da Escola Militar do Realengo ficou marcada por intensas transformações no cotidiano escolar. Celso Castro (1994) aponta o esforço em realizar reformas nas instalações físicas da escola: construção de salas de aula aparelhadas, espaços de lazer e socialização para oficiais e cadetes, pinturas nas cozinhas e dormitórios, canalização da rede de esgoto, entre outras.

No entanto, as transformações mais intensas e duradouras se deram no campo simbólico: “inventou-se um conjunto de símbolos que expressavam o pertencimento dos cadetes a uma tradição vinculada aos valores nacionais mais profundos” (CASTRO, 1994, p. 235). A criação do corpo de cadetes, dos uniformes minuciosamente planejados, especialmente o espadim e a denominação de patronos para as turmas podem ser citados como exemplos desses símbolos. Pechman (2010a) ressalta que o Coronel Pessoa procurou atrair para a EMR instrutores que possuíssem o curso de estado-maior, o que facilitaria a padronização da instrução, a partir do modelo francês.

Como vimos anteriormente, a orientação da MMF em relação ao movimento revolucionário de 1930 era de não adesão, mantendo a fidelidade ao governo federal. Esse posicionamento se baseava em um dos pilares da doutrina militar francesa: a não participação do exército em assuntos políticos, agindo como o “grande mudo”.

De acordo com Bellintani (2009), o Ministro da Guerra do Governo Provisório, General Leite de Castro, enviou um pronunciamento, datado de 25 de fevereiro de 1931, para o chefe da MMF, General Huntziger, no qual justificava a necessidade sua posição revolucionária por conta da corrupção praticada pelo governo. Segundo ele, “o Exército e a Marinha foram tocados por esta



política nefasta. Nós tínhamos um Exército, uma Marinha e uma aviação, e nenhum plano de guerra, e nenhum plano de organização em tempos de paz ou em tempos de guerra possuímos” (BELLINTANI, 2009, p. 456). Assim, o Ministro da Guerra externava sua pretensão de realizar uma grande reorganização do Exército, inclusive nos planos de guerra e de defesa, e solicitava a ajuda da MMF nessa empreitada.

Vale aqui recordar a querela ocorrida em 1925, entre o chefe do EME (Fragoso) e o chefe da MMF (Coffec), sobre a “intromissão da MMF” na elaboração do plano de defesa nacional. Esse episódio é lembrado pelo próprio Huntziger, em correspondência enviada para o Ministro da Guerra da França, quando demonstra desconfiança em relação à possibilidade da colaboração requerida pelo General Leite de Castro, uma vez que o general Tasso Fragoso era “energicamente contra aceitar e entender esta colaboração” (BELLINTANI, 2009, p. 457).

O chefe da MMF abordava o fato, pois o general Tasso Fragoso assumia, em 1931, novamente a chefia do EME. No entanto, a situação teve um desfecho diferente do esperado por Huntziger, que ao relatar<sup>17</sup> um encontro com Fragoso em que apresentava as ideias da MMF sobre a reorganização do Exército foi surpreendido com o seguinte posicionamento:

Sobre todos os pontos inteiramente de acordo comigo e me repetiu [...] que o estado maior do exército recebeu ordem de nos abrir todos os dossiês de organização e de mobilização e que nenhuma decisão sobre estas questões não poderia ser tomada sem antes ser, vista pela missão (BELLINTANI, 2009, p. 457).

O posicionamento de Tasso Fragoso pode ser conferido em sua biografia, quando ao descrever suas atividades, em sua segunda gestão como chefe do EME, reiterava “seu franco apoio à missão Militar Francesa renovada, a qual, além de seus encargos nas Escolas, colaborava agora com as seções do Estado-Maior do Exército, em vários estudos de atribuição do mesmo.” (ARARIPE, 1960, p. 624). Essa mudança na atuação da MMF foi determinada por um novo contrato, assinado em 1932, que diminuía consideravelmente o número de oficiais, realocando o contingente restante para trabalhos de assessoria junto ao EME e, conseqüentemente, criando uma vontade de maior autonomia do alto comando do exército brasileiro.

A eclosão da Revolução de 1930 potencializou essa vontade, que serviria de guia para grande parte das transformações na Escola de Estado-Maior e nas demais escolas do Exército ao

---

<sup>17</sup> Em correspondência enviada para o ministro da Guerra da França, datada de 27 de abril de 1931.



longo da década de 1930. O governo provisório de Getúlio Vargas também foi marcado por uma crescente pressão para o fim do contrato com a MMF. O chefe da missão à época, General Huntziger relatava<sup>18</sup> ao seu Ministro da Guerra uma conversa com o chefe do EME, Tasso Fragoso, na qual era informado sobre o fato de que “uma corrente nacionalista pressiona o governo para acabar com os estrangeiros no país” (BELLINTANI, 2009, p. 465). Parte dessa corrente era formada pelos tenentes revolucionários da década de 1920, que após a ascensão de Vargas ao poder ganharam espaço considerável no governo provisório.

McCann (1983), afirma que apesar desse cenário, a manutenção do contrato com a MMF poderia ajudar na renovação de um contrato comercial entre os países, necessário para o Brasil. Para o autor, “o governo Vargas concluiu que a continuação da Missão Militar era o preço que teria que pagar para preservar o acesso competitivo do café brasileiro ao mercado francês” (MCCANN, 1983, p. 225). Ao fim de 1931, o governo brasileiro renovava o contrato da MMF. No entanto, dessa vez, houve um redimensionamento do seu papel, importância e abrangência de atuação.

Na prática, ocorria a alteração dos mesmos artigos e itens modificados no contrato de 1927, tendo sempre em vista o aumento da autonomia. Malan (1988) afirma que o contrato de 1932, assinado no dia 3 de março, era composto de quarenta artigos distribuídos em dez capítulos. Para o autor, o destaque do novo contrato ficava por conta da diminuição da duração de quatro para dois anos, e a diminuição do efetivo quase pela metade: de 36 oficiais e 6 suboficiais para 18 oficiais<sup>19</sup> e 2 suboficiais. O novo contrato também descrevia detalhadamente a distribuição e função dos membros nas instituições militares de ensino:

Deixam de ter oficiais instrutores a Escola de Intendência e a Escola do Serviço de Saúde; atende a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais um oficial de engenharia; na Escola de Cavalaria passa a existir somente um oficial picador; a Escola de Aviação dispõe de um oficial instrutor da Escola de Estado-Maior e a Escola Militar [do Realengo] dispõe de um oficial de educação física, comum a todas as escolas (MALAN, 1988, p. 159).

A considerável redução no efetivo da MMF rareia a presença dos oficiais franceses nas instituições militares de ensino. No entanto, a manutenção do contrato garante a continuidade da instrução militar nos moldes da doutrina e do pensamento militar francês. O chefe da MMF, General Huntziger, em correspondência enviada para o ministro da Guerra da França em 28 de maio

---

<sup>18</sup> Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França (28/05/1931).

<sup>19</sup> Dois desses oficiais teriam os contratos com validade de um ano.



de 1931, se posicionava da seguinte forma: “Manter no Brasil a Missão Francesa, mesmo bem reduzida em número é antes de tudo muito desejável do ponto de vista dos interesses franceses” (BELLINTANI, 2009, p. 465). Na mesma carta relatava também conversa com o chefe do EME, general Tasso Fragoso, no qual foi informado da grave crise financeira do estado brasileiro, tornando a renovação viável somente com um grande corte no pessoal da Missão. Embora tal fator fosse importante, não podemos descartar os elementos já elencados.

Dois anos depois, em 1934, o contrato com a MMF era renovado por mais dois anos. A tendência estabelecida no contrato anterior, de reduzir o número de membros, se manteve: agora a MMF contava com sete oficiais, contando o chefe, e dois suboficiais. O Ministro da Guerra, Góes Monteiro, em seu relatório de 1934, fazia um balanço dessa redução:

Em consequência da redução sofrida pela Missão Militar Francesa, que vem prestando ao nosso Exército os mais assinalados serviços, todo o ensino, em as nossas varias escolas, foi confiado a capacidade dos oficiais brasileiros, que não desmereceram da honrosa missão, consoante atestam os resultados obtidos. Todavia, em virtude de varias razões ponderosas, não podemos ainda dispensar, inteiramente, o precioso concurso daquela missão. Foi, assim, renovado o contrato por mais dois anos (MONTEIRO, 1935, p. 52).

Vale destacar o tom elogioso usado pelo Ministro, discípulo da doutrina francesa e formado da EEM em 1922. O trecho também indicava que a MMF estava próxima de seu fim. O contrato de 1934 alterava um artigo presente desde a primeira versão, em 1919, que garantia a hegemonia francesa na instrução do Exército brasileiro, ao estabelecer que o governo se comprometia a não contratar nenhuma outra missão estrangeira com finalidade militar, salvo técnicos para as fábricas, arsenais e serviços geográficos do Exército.

A alteração foi o acréscimo de mais uma exceção, a contratação de instrutores para os centros de instrução de costa. Pode parecer pequena, mas a inclusão da possibilidade de contratação de uma missão militar não-francesa, para a formação de um centro de instrução de artilharia de costa, era discutida pelo alto escalão do exército. Malan (1988) relata que esse ponto foi alvo de negociação à época da renovação de 1927.

A inclusão contratual da possibilidade de contratação de outra missão militar estrangeira é digna análise. Desde o início, a atuação da MMF no Brasil foi pautada pela busca de hegemonia, no âmbito do pensamento militar, e, ocasionalmente, pela defesa da exclusividade, nos casos de compra de material bélico. Essa postura foi consideravelmente alterada, provavelmente sem o entusiasmo dos franceses, com a abertura dessa possibilidade.



A contratação da supracitada missão foi efetivada apenas em 1934. A Missão Militar Americana era composta por três oficiais e teve como principal ação a criação do Centro de Instrução de Artilharia de Costa (CIAC), no Forte da Vigia, no Rio de Janeiro. O contrato foi renovado em 12 de novembro de 1936, ampliando a abrangência de sua atuação. De acordo com Rodrigues (2011), durante a nova vigência os oficiais norte-americanos deveriam atuar diretamente na Inspetoria de Defesa de Costa do Estado-Maior do Exército e, também, “com oficiais do Exército brasileiro, no desenvolvimento e funcionamento do Centro de Instrução de Artilharia de Costa, além de superintender os seus cursos e auxiliar a instrução” (RODRIGUES, 2011, p. 4).

Outro elemento a ser destacado é a supressão do artigo, presente desde o primeiro contrato, que versava sobre a preferência que a indústria francesa teria nas encomendas de material bélico do governo brasileiro<sup>20</sup>. Como vimos este era um dos pilares da Missão Militar Francesa desde seu início, com o General Gamelin, e sua retirada apontava para um horizonte de mudanças. Tal determinação também era, desde o início da missão, um constante ponto de pressão e polêmica. Bellintani (2009) destaca uma nova determinação trazida pelo contrato de 1934, na qual os oficiais franceses passam a exercer a função de conselheiros técnicos na Escola de Estado-Maior para consulta nas questões relacionadas à organização e instrução do Exército. Essa mudança de função ficaria explícita nas determinações do Regulamento de 1934-35.

A análise dos contratos e das demais fontes evidencia o intenso redimensionamento da atuação da Missão Militar Francesa entre o fim da década de 1920 e início dos anos 1930. Essa reestruturação, consolidada com o contrato de 1934, fez parte de um conjunto maior de ações de um importante grupo de jovens oficiais que ascenderam ao Alto Comando do Exército após a revolução de 1930. A gestão do General Góes Monteiro à frente do Ministério da Guerra foi responsável pela promoção dessas mudanças, e a Escola de Estado-Maior não ficaria de fora.

## Referências

ARARIPE, Tristão de Alencar. **Tasso Fragoso, um pouco da história do nosso Exército**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

BELLINTANI, Adriana Iop. **O exército brasileiro e a missão militar francesa: instrução**,

---

<sup>20</sup> O artigo completo determinava: “O governo brasileiro dará preferência à indústria francesa em suas encomendas de material de guerra à condição que, na igualdade de valor técnico, este material possa ser comprado por preço idêntico aos propostos por uma outra potência e no mesmo prazo de entrega, em todo estado de coisas, submisso as leis administrativas brasileiras” (BELLINTANI, 2009, p. 465).



doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940). 2009. 698f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto n. 19.398, de 11 de Novembro de 1930, institui o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil.** Brasília/DF. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: 08 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 19.610, de 20 de Janeiro de 1931, dispõe sobre promoções de oficiais dos quadros das armas e serviços, em 1931, e dá outras providências.** Brasília/DF. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19610-20-janeiro-1931-522640-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: 08 mar. 2018.

CÂMARA, Hiram de Freitas, **Marechal José Pessoa: a força de um ideal.** 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Forças armadas e política (1930-1945).** In: CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Forças armadas e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005a.

CASTRO, Celso. Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da escola militar. **Revista de Estudos Históricos**, v. 7, n. 14, jul./dez. 1994.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 30: história e historiografia.** 16 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

FERREIRA JR., Amarílio. **História da educação brasileira: da colônia ao século XX.** São Carlos: EDUFSCAR, 2010.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão militar francesa de instrução junto ao exército brasileiro.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

MANIFESTO INTEGRALISTA, de 7 de outubro de 1932. Disponível em:

<<http://www.integralismo.org.br/?cont=75>>. Acesso: 21 fev. 2018.

MCCANN, Frank D. A influência estrangeira e o Exército Brasileiro (1905-1945). In: **Revolução de 1930 – Seminário Internacional.** Brasília: UnB, 1983.

MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria: história do exército brasileiro (1889-1937).** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MILITARES, União Católica dos. **Estatutos.** Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1947.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **Relatório do ministro da guerra de 1934.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1935.

MORAES, João Quartim de, **A esquerda militar no Brasil: da coluna a comuna.** São Paulo: Editora Siciliano, 1994.

PECHMAN, Robert. PASSOS, Sezefredo. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro (DHBB),** Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. (CPDOD/FGV), Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:



<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso: 10 ago. 2016.

RODRIGUES, Fernando da Silva. As relações militares brasileiras durante a segunda guerra mundial. Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História Militar**, Ano II, n. 6, dez. 2011.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Giselda Brito. O integralismo em Pernambuco: uma história entre tantas da Ação Integralista Brasileira. In: SILVA, Giselda Brito (Org.). **Estudos do integralismo no Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

SKIDMORE, Thomas E. (1967) **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SODRÉ, Nelson. Werneck. **A história militar do Brasil**. (1965) 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOMBRA, Severino. Entrevista. **Arquivo do CPDOC/FGV**. Rio de Janeiro, 1982.

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas - memórias**: da planície a borda do altiplano. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1973.